

UNIVERSIDADE PRESIDENTE ANTÔNIO CARLOS
INSTITUTO DE ESTUDOS TECNOLÓGICOS

LICÉRIO VENDRAMIN LUIZ

ECOTURISMO NO BRASIL

JUIZ DE FORA – MG

Dezembro de 2003

LICÉRIO VENDRAMIN LUIZ

ECOTURISMO NO BRASIL

Monografia apresentada ao Instituto de Estudos Tecnológicos da Universidade Presidente Antônio Carlos, como requisito parcial à obtenção do título de Tecnólogo em Meio Ambiente.

JUIZ DE FORA – MG

Dezembro de 2003

SUMÁRIO

INTRODUÇÃO	04
1 – O TURISMO NO BRASIL	05
1.1 – AMAZÔNIA	06
1.2 – PANTANAL	07
1.3 – CERRADO E CHAPADA	08
1.4 – LITORAL E ILHAS OCEÂNICAS	09
1.5 – MATA ATLÂNTICA E REGIÕES SERRANAS	10
2 – TURISMO SUSTENTÁVEL	11
3 – ECOTURISMO NO MUNDO	14
4 – ECOTURISMO NO BRASIL	16
5 – ECOTURISMO – CONSIDERAÇÕES LEGAIS	20
5.1 – GOVERNOS, INICIATIVA PRIVADA E COMUNIDADES	22
5.1.1 – GOVERNOS (NACIONAIS, REGIONAIS E LOCAIS)	22
5.1.2 – AO SETOR PRIVADO	24
5.1.3 – ÀS ORGANIZAÇÕES NÃO GOVERNAMENTAIS	26
5.1.4 – ÀS INSTITUIÇÕES INTERNACIONAIS DE FINANCIAMENTO	27
5.1.5 – ÀS COMUNIDADES LOCAIS E TRADICIONAIS	28
5.1.6 – A CONFERÊNCIA DO DESENVOLVIMENTO SUSTENTÁVEL	28
6 – CONCLUSÃO	29
REFERÊNCIA BIBLIOGRÁFICA	30

INTRODUÇÃO

A procura por um turismo onde o grande atrativo é a natureza e a relação do homem com o meio ambiente tem se intensificado cada vez mais. Hotéis luxuosos, parques temáticos, shows e famosas construções arquitetônicas dão lugar ao patrimônio natural e aos diferentes ecossistemas.

No Brasil, as áreas com grande potencial de turismo ecológico já foram mapeadas . A atividade vem ganhando tanta força política e econômica que a ONU proclamou 2002 com ano internacional do Ecoturismo.

O Brasil é um país com uma exuberância natural inquestionável e dono da maior biodiversidade do planeta, e pode ser percebido o aumento da visitação a ambientes naturais , sendo que atualmente está sendo despertado o interesse e preocupação por parte do governo em investir nestas questões.

Este trabalho, que tem por objetivo promover uma discussão sobre o turismo, mais especificamente, sobre o ecoturismo no Brasil. Contrapondo-se ao turismo de massa, o ecoturismo atua com grupos pequenos, pela própria necessidade de reduzir o impacto nos locais visitados e garantir a sustentabilidade da principal fonte de renda da atividade.

As questões tratadas neste trabalho se referem inicialmente por estar dando uma visão mais ampla do turismo no Brasil e em capítulos posteriores pontos específicos sobre o ecoturismo e sua importância no contexto social e econômico do país.

Este trabalho poderá estar proporcionando reflexão em pessoas que de alguma forma se relacionam com tais questões e também estar despertando a motivação para o desenvolvimento de atividades educativas que auxiliem o maior conhecimento e conscientização das comunidades de uma forma geral.

1 - TURISMO NO BRASIL

Com suas dimensões continentais e sua diversidade biológica e cênica, o Brasil destaca-se mundialmente como um dos mais ricos destinos do turismo ligado à natureza. O país, desde a chegada dos colonizadores, tem sua imagem intimamente ligada à natureza, e antes mesmo de ser conhecido por Brasil - nome de uma árvore - era, como todo o resto da América do Sul, citado em antigas cartas de navegação como Terra Papagali - Terra dos Papagaios.

Esta vocação "ambiental" tem chamado a atenção tanto de operadores e agentes de viagens, como de viajantes brasileiros e estrangeiros, principalmente após a realização no Rio de Janeiro do mais importante encontro internacional já realizado de ambientalistas e ecologistas: o Rio-92.

Por estarem diretamente ligados ao meio ambiente, o ecoturismo e o turismo "participativo" devem deixar de observar as fronteiras políticas - estados e regiões - familiares ao turista convencional, passando a "enxergar" uma região sob o ponto de vista geográfico e físico, isto é, por seus diversos biomas e ecossistemas, com suas respectivas cidades-acesso.

No caso do Brasil, com esta "visão ambiental", o ecoturista deve planejar suas viagens, qualquer que seja seu interesse específico, sem se importar com o fato de que o Pantanal, por exemplo, tem sua área compartilhada pelos estados do Mato Grosso e Mato Grosso do Sul.

Para este "viajante especial", a importância de seu interesse e de seus planos de viagem está muito mais no conteúdo do destino, ou seja, a flora, a fauna e a cultura pantaneiras, que podem ser visitadas a partir das principais cidades-acesso: Campo Grande e Corumbá, no Mato Grosso do Sul, ou Cuiabá, no Mato Grosso.

A partir desta visão ambiental, geográfica, do Brasil, pode-se sugerir ao ecoturista ou turista participativo que pretenda conhecer o país e suas belezas naturais, que planeje suas viagens tomando como base a seguinte divisão: Amazônia, Cerrado e Chapadas, litoral e ilhas oceânicas, Mata Atlântica e regiões serranas e Pantanal.

1.1 - Amazônia

A Floresta Amazônica, a maior floresta equatorial do planeta, ocupa uma área com mais de 6 milhões de km² espalhados por nove países. Sua maior porção - cerca de 60% - fica no Brasil.

Dividindo-a em duas grandes metades encontra-se o rio Amazonas, navegável por grandes embarcações por mais de 6.500 quilômetros, de Belém do Pará, na sua foz no Oceano Atlântico, até Iquitos, no Peru. Resultado da confluência de dois de seus maiores tributários, o Negro e o Solimões, o Amazonas é a calha mestra deste reino das águas, onde uma imensa rede de rios, igarapés e lagos forma estradas naturais e abriga a maior reserva de água doce do planeta - cerca de 20% do total.

Entre os grandes rios - ou grandes estradas - encontram-se o Branco, o Jarí, o Japurá, o Javari, o Juruá, o Purus, o Madeira, o Tapajós, o Tocantins, o Trombetas e o Xingu.

Para o viajante que pretende visitar a Amazônia, a natureza, em virtude da forte ligação floresta-rio, oferece como espetáculo maior a sua flora exuberante. Apesar da imensa diversidade animal, a fauna é de difícil observação pelas próprias características das florestas tropicais. Porém, a estimativa de possuir mais de 2 mil espécies de peixes faz da Amazônia um dos principais destinos brasileiros para a pesca esportiva e a observação de peixes ornamentais.

Sob o aspecto cultural, o maior interesse recai sobre as comunidades tradicionais - ou povos da floresta: o seringueiro, o caboclo, o ribeirinho e as comunidades indígenas, estas, de visitação proibida.

A melhor maneira de conhecer este planeta-água é através de cruzeiros fluviais ou na estadia em um dos diversos hotéis de selva, os chamados jungle lodges. Com temperaturas normalmente acima de 20° C e devido às características de floresta úmida, a melhor época para visitar a Amazônia é o "verão" - de junho a outubro - quando a umidade do ar é menor.

A Amazônia pode ser visitada a partir de Manaus, cidade situada na margem esquerda do rio Negro, próximo à confluência com o rio Solimões - os dois rios que formam no Amazonas um espetáculo natural de rara beleza, o "encontro das águas", no qual as águas escuras do Negro se juntam às de cor de barro do Solimões e correm lado a lado sem se misturarem, por quilômetros e quilômetros.

Outro importante acesso à Amazônia é Belém, a maior cidade na linha do Equador, situada em um dos braços do rio Amazonas, próximo de sua foz no Atlântico. A capital do estado do Pará também fica próxima à Ilha de Marajó, onde há muitas possibilidades de

roteiros ecoturísticos pelos rios, canais naturais, igarapés e manguezais desta ilha de área equivalente à da Dinamarca e maior que o estado do Rio de Janeiro.

Outras importantes cidades-acesso da Amazônia são Alta Floresta, Boa Vista, Macapá, Rio Branco e Santarém.

1.2 - Pantanal

Situado na região Centro-oeste do Brasil, o Pantanal tem cerca de 250 mil km² divididos pelos estados de Mato Grosso e Mato Grosso do Sul, além de uma porção ao sul da Bolívia e norte do Paraguai. É o bioma brasileiro onde a fauna pode ser melhor observada, sobretudo no que diz respeito às aves, das quais há mais de 600 espécies, número superior às espécies existentes em toda a Europa.

O tuiuiú, com seu papo vermelho, plumagem branca, pernas escuras e esguias, cabeça e bico preto, é considerado a ave-símbolo do Pantanal e faz a alegria dos "safaris-fotográficos", ao lado das araras, águias, colhereiros, cabeças-secas, emas, garças, gaviões, papagaios, mergulhões, marrecos, tucanos etc. A melhor época para observar aves é de maio a outubro, quando ninhais e viveiros naturais chegam a abrigar até 5 mil indivíduos.

Na época das chuvas - de março a outubro - os rios transbordam, chegando a atingir em alguns pontos até 3 metros acima do leito nos meses de janeiro e fevereiro. Inundando esta imensa planície aluvional, os rios formam baías e corixos, criando ilhas onde os animais se refugiam.

Entre os mamíferos, os mais fáceis de serem observados são a capivara, maior roedor do planeta, que chega a pesar 60 quilos quando adulto e pode ser visto em bandos de 10 a 100 indivíduos, além de tamanduás, cervos, porcos-do-mato, antas, ariranhas, lontras e cinco espécies de macacos. Nas matas, difícil de observar por seus hábitos noturnos, encontra-se a onça-pintada, o maior felino das Américas.

A pesca esportiva, permitida fora do período da piracema (em geral entre setembro e janeiro) é uma das atividades mais procuradas neste peculiar bioma e em seus rios, como o Cuiabá, Paraguai, Pixaim, Mutum, Taquari e São Lourenço. Com cerca de 300 espécies de peixes, lá se pode pescar dourados, jaús, pacus, pintados, piraíbas, piracanjubas e piraputangas, além da famosa e temida piranha - cuja caldo, prato típico local, é tido como afrodisíaco.

Outro famoso e abundante animal pantaneiro é o jacaré, que pode ser visto se aquecendo ao sol nas margens de lagoas e rios. Ele é um dos pontos altos dos passeios

noturnos, quando o brilho de seus olhos reflete a luz das lanternas dos guias e ecoturistas. Outros répteis também se encontram no Pantanal, entre os quais os camaleões, lagartos teiú, jabutis, sucuris e jibóias.

No Pantanal também é possível fazer cruzeiros fluviais em barcos usados em geral para pescarias e que navegam principalmente pelos rios Paraguai, Taquari, Cuiabá e São Lourenço, em roteiros que combinam pesca, observação de animais e visitas a refúgios e reservas naturais.

Ao se falar do Pantanal, é também preciso falar sobre a importante e bem adaptada presença do homem nas fazendas de criação de gado de corte, onde o peão boiadeiro reina absoluto com sua rusticidade, cultura e rico folclore.

1.3 - Cerrado e Chapadas

O Cerrado, dominando a região central do Brasil, possui árvores e arbustos de porte reduzido, de casca grossa e caules retorcidos, perfeitamente adaptados aos baixos teores de umidade do ar e ao sol forte, entremeado por campos de gramíneas que permitem a observação de animais. Em virtude do clima estável e previsível, e sobretudo por sua beleza cênica, pode-se dizer que o Cerrado é o bioma ideal para a prática de caminhadas e acampamentos.

No Cerrado, pela característica de sua cobertura vegetal e relevo, pode-se avistar com relativa facilidade a fauna regional, constituída por veados-campeiros, porcos do mato, lobos, tatus, tamanduás. Muitas aves podem também ser observadas, destacando-se entre elas os tucanos, codornas, emas, seriemas, gaviões e falcões.

Grandes reservas e parques nacionais encontram-se no Cerrado, entre os quais a Chapada do Guimarães, o Parque Nacional de Brasília, o Parque Nacional das Emas, o Parque Nacional da Chapada dos Veadeiros e o Parque Nacional da Chapada Diamantina.

1.4 - Litoral e Ilhas Oceânicas

Destino preferido pelo turismo de massa, o litoral do bioma Mata Atlântica tem grande importância cultural e inúmeras possibilidades de práticas ecoturísticas e esportivas.

O Brasil possui mais de 8 mil quilômetros de litoral, com praias, costões, enseadas, dunas, falésias, ilhas e restingas. A região Nordeste é famosa pela beleza das praias, paraísos ecoturísticos, muitas ainda selvagens ou de pouca visitação. Pela diversidade geográfica, os

esportes náuticos podem ser praticados em diversos pontos. Caminhadas, campismo e observação de aves são atividades que crescem a cada ano em contrapartida ao tradicional lazer areia-sol-mar.

O mergulho livre e autônomo pode ser feito principalmente a partir de cidades como Rio de Janeiro, Angra dos Reis, Parati, Búzios (todas no estado do Rio de Janeiro), Recife (Pernambuco), Ubatuba e São Sebastião (São Paulo), Natal (Rio Grande do Norte) e São Luís (Maranhão), entre outras.

Porém, o ponto alto do mergulho no Brasil se faz no Parque Nacional Marinho de Fernando de Noronha e no Parque Nacional Marinho dos Abrolhos, onde, entre os meses de julho e outubro, podem ser observadas baleias jubarte, além de uma riquíssima fauna aquática.

1.5 - Mata Atlântica e Regiões Serranas

O bioma Mata Atlântica acompanha o litoral brasileiro, sendo a região mais visitada pelos turistas brasileiros e estrangeiros. Nele se situam muitas das principais cidades brasileiras: Rio de Janeiro, Salvador, Curitiba, Natal, Porto Seguro e Recife, muitas das quais são também acesso para outros biomas, como o Cerrado e as Regiões Serranas.

Primeiro contato dos colonizadores com o Brasil, há quase cinco séculos, a Mata Atlântica vem sofrendo intenso processo de ocupação e conseqüente devastação, em decorrência da implantação e desenvolvimento de grandes cidades que aceleram mais ainda o processo de degradação, expondo a fauna e a flora a sérios riscos de extinção.

Antes caracterizada por florestas densas e ricas em espécies vegetais, ainda com remanescentes de uma das maiores biodiversidades do planeta, a Mata Atlântica, com menos de 5% de sua vegetação original, é o bioma brasileiro mais ameaçado pela ocupação humana.

Com um relevo que varia desde o nível do mar até 2 mil metros de altitude e é responsável por seu clima e temperaturas peculiares, a Mata Atlântica tem rios e córregos que se transformam em cachoeiras e cascatas e apresenta serras e cadeias de montanhas que ainda possuem nichos de matas com rica flora e fauna. Estas regiões montanhosas permitem inúmeras atividades ecoturísticas e, sobretudo, práticas esportivas como caminhadas, campismo, canoagem, rafting, alpinismo e montanhismo.

Na cidade do Rio de Janeiro encontra-se a maior floresta urbana do mundo, o Parque Nacional da Tijuca, com uma área de 3,3 mil hectares, em cujo ponto culminante, o Corcovado, encontra-se um dos símbolos da cidade: a estátua do Cristo Redentor. Um dos

pontos mais visitados por turistas que vêm ao Brasil, a Floresta da Tijuca permite a ecoturistas caminhadas e observação de vida silvestre. Também no Parque encontram-se a Pedra da Gávea, cujo cume está a mais de 800 metros acima do nível do mar e pode ser alcançado através de caminhada, e a Pedra Bonita, com rampa para decolagem de vôo livre e parapent.

Na Mata Atlântica encontram-se diversos parques e reservas exuberantes, apesar da pouca infra-estrutura de alguns, com a hospedagem fazendo-se em geral em hotéis e pousadas nos seus entornos. Entre eles estão o Parque Nacional do Iguaçu, no estado do Paraná; o Parque Nacional de Aparados da Serra, no Rio Grande do Sul; o Parque Nacional de Itatiaia e o da Serra dos Órgãos, no estado do Rio de Janeiro; o Parque Nacional de Caparaó e da Serra da Canastra, no estado de Minas Gerais.

Aos espeleólogos amadores e profissionais é importante informar que a maioria das cavernas brasileiras se encontra na Mata Atlântica, no Cerrado ou em sua transição, sobretudo nos estados da Bahia, Ceará, Goiás, Mato Grosso, Minas Gerais, Paraná, Pernambuco e São Paulo.

Só no estado de São Paulo, no Parque Estadual Turístico do Alto do Ribeira (Petar), existem mais de 200 cavernas, das quais cerca de 40 permitem visita acompanhada por guias especializados, para pessoas adequadamente vestidas e equipadas. Licença, guias e aluguel de roupas e de equipamentos podem ser obtidos em agências especializadas próximas às áreas de ocorrência das cavernas.

2 - TURISMO SUSTENTÁVEL

Em 2000, um evento internacional realizado no período de 17 a 19 de novembro, em New Paltz, Estados Unidos na Mohonk Mountain House, convocado pelo Institute for Policy Studies e promovido pela Fundação Ford, reuniu participantes de 20 países, representando a maioria dos principais programas de certificação em turismo sustentável e ecoturismo a nível global, regional e nacional. No evento foram discutidos e nivelados os princípios e componentes que devem fazer parte de todo programa sólido de certificação.

Os participantes reconheceram que os programas de certificação de turismo necessitam ser ajustados às características geográficas locais e aos respectivos segmentos turísticos, definindo os componentes universais que devem ser lastrear todo programa de Turismo Sustentável e de Ecoturismo.

Todo processo de certificação em ecoturismo deve levar em conta os padrões e princípios do turismo sustentável, preferencialmente para as melhores práticas, além dos princípios estabelecidos.

O Ecoturismo é Turismo Sustentável em áreas naturais, que beneficia o meio ambiente e as comunidades visitadas e que promove o aprendizado, respeito e consciência sobre aspectos ambientais e culturais.

Além dos critérios e princípios do Turismo Sustentável, o Ecoturismo deverá:

- promover as experiências pessoais com a natureza para um melhor aprendizado e respeito;
- interpretar e conscientizar sobre os aspectos naturais e sócio-culturais locais;
- contribuir ativamente para a conservação de áreas naturais e da biodiversidade;
- promover benefícios econômicos, sociais e culturais para as comunidades locais;
- promover a participação das comunidades no turismo onde for apropriado (por exemplo criando postos de trabalho e oportunidade de negócios);
- fazer com que a infra-estrutura, atrativos e programas sejam harmônicos e compatíveis com o entorno local; e
- valorizar as culturas locais e tradicionais, minimizando eventuais impactos negativos.

O Turismo Sustentável é aquele que busca minimizar os impactos ambientais e sócio-culturais, ao mesmo tempo em que promove benefícios econômicos para as comunidades locais e destinos (regiões e países).

Todo processo de certificação em turismo sustentável deve levar em conta, onde apropriado, os seguintes aspectos e princípios. Quanto aos aspectos gerais a empresa turística deverá:

- estar comprometida com o manejo ambiental;
- promover a promoção e venda de produtos responsáveis e autênticos que atendam a expectativas realistas;
- promover a retro-alimentação de sua clientela;
- saber avaliar eventuais impactos negativos sociais, culturais, ambientais e econômicos, inclusive estabelecendo estratégias para manejo e mitigação;
- seus funcionários deverão estar capacitados, educados, responsáveis e ter conhecimento e consciência sobre manejos ambiental, social e cultural; e
- ter mecanismos para monitorar e relatar seu desempenho ambiental.

Quanto aos aspectos ambientais :

- controlar a emissão de ruídos e gases;
- estar adequadamente implantada com relação ao ambiente natural;
- evitar danos ao local ao implementar o paisagismo ou a recuperação do ambiente natural relativamente à situação original;
- evitar impactos visuais e luminosos;
- fazer uso sustentável de materiais e insumos - recicláveis e reciclados - produzidos localmente;
- minimizar a produção de dejetos e assegurar sua adequada disposição;
- minimizar os impactos ambientais de sua operação;
- promover a conservação da biodiversidade e a integridade dos ecossistemas;
- promover a redução e o uso sustentável de água;
- promover a redução e o uso sustentável de energia;
- promover o adequado tratamento e disposição de águas residuais; e
- promover o manejo adequado da drenagem, solo e águas pluviais.

Quanto aos aspectos sócio-culturais :

- adquirir, utilizar e manter a posse de terras de forma apropriada;
- possuir mecanismos para assegurar o reconhecimento dos direitos e aspirações de comunidades indígenas e locais;
- possuir medidas para proteger a integridade da estrutura social das comunidades locais; e
- promover impactos positivos (benefícios) na estrutura social, cultural e econômica local (a níveis local e nacional).

Quanto aos aspectos Econômicos:

- estabelecer mecanismos de forma a assegurar que as relações trabalhistas e as práticas industriais sejam justas e estejam em conformidade com a legislação;
- estabelecer mecanismos para minimizar impactos econômicos negativos e maximizar benefícios econômicos para a comunidade;
- fomentar contribuições para a manutenção do desenvolvimento da infra-estrutura comunitária; e
- utilizar-se de práticas éticas comerciais.

3 - ECOTURISMO NO MUNDO

Apesar que a origem do termo "eco-turismo" seja controversa e não muito clara, especula-se que foi W. Hetzer que o utilizou pela primeira vez em 1965 (Environment, tourism, culture. Hetzer, W. Links, julho 1965), identificando os quatro princípios para o "Turismo Responsável":

- respeitar as culturas locais (respecting host cultures);
- minimizar impactos ambientais (minimizing environment impacts);
- maximizar a satisfação do visitante (maximizing tourism satisfaction); e
- maximizar os benefícios para comunidades locais.

Nos anos 70 e 80 outras referências foram feitas ao ecoturismo, onde o termo "ecotours" foi utilizado no Canadá para identificar roteiros interpretados de um corredor turístico ao longo da rodovia-cênica Trans-Canadá.

O crescimento mundial da consciência ambiental associado à insatisfação pelo mesmo do turismo de massa contribuiu para aumentar a demanda por experiências mais autênticas, baseadas na natureza e em aspectos culturais, tendo como destino países em desenvolvimento, possibilitando, inclusive, uma alternativa econômica a outras práticas como, por exemplo, a extração de madeira ou mono-cultura (soja, cana de açúcar, etc).

Em meados dos anos 80, vários países já haviam identificado o ecoturismo como uma forma de possibilitar o desenvolvimento associado à conservação.

Credita-se a Ceballos-Lascuráin, em 1987, a primeira definição formal: "Ecoturismo é viajar para áreas naturais conservadas e não perturbadas com o objetivo específico de estudar, admirar e desfrutar a paisagem e suas plantas e animais, assim como quaisquer outras manifestações culturais - passadas e presentes - nestas áreas encontradas."

Apesar das definições iniciais de ecoturismo destacarem a experiência e o caráter baseados na natureza , definições mais recentes estabelecem princípios associados a desenvolvimento sustentável.

Muitas das definições de ecoturismo têm se mostrado populares e, em especial, o conceito e os princípios das Diretrizes brasileiras, teve como base a definição da Sociedade Internacional de Ecoturismo: "viagens responsáveis para áreas naturais que ajudam a

conservar o meio ambiente e promovem o bem estar das populações locais", que o considera um segmento especializado do amplo turismo baseado na natureza.

Na miríade de princípios das inúmeras definições existentes, a essência do ecoturismo reside em três dimensões:

1. baseado na natureza;
2. envolve informação e aprendizado ambiental; e
3. gestão / operação sustentável.

Essas três dimensões são consideradas para permitir ao ecoturismo abarcar questões ambientais e culturais, nos levando às suas funções fundamentais:

- educação;
- proteção das áreas naturais;
- geração de renda;
- participação local; e
- qualidade da experiência turística;

Onde podemos destacar que a participação das comunidades locais, geração de renda e qualidade da experiência turística da atividade são os pilares da gestão sustentável do ecoturismo.

Uma definição mais completa e detalhada foi proposta por Martha Honey:

"Ecoturismo envolve viagens a áreas conservadas, frágeis e em geral protegidas, com o compromisso de serem de mínimo impacto e (usualmente) em grupos pequenos. O ecoturismo incentiva a educação do viajante, recurso para a conservação, direciona benefícios para o desenvolvimento econômico e fortalecimento político das comunidades locais e promove o respeito por culturas diferentes e pelos direitos humanos."

4 - ECOTURISMO NO BRASIL

No Brasil, no âmbito governamental, o ecoturismo é discutido desde 1985, quando a Embratur iniciou o projeto "Turismo Ecológico". A primeira iniciativa de ordenar a atividade ocorreu em 1987 com a criação da Comissão Técnica Nacional, constituída por técnicos do Ibama e da Embratur, para monitorar o Projeto de Turismo Ecológico, em resposta às práticas existentes à época - pouco organizadas e nada sustentáveis.

Entretanto, nem os esforços governamentais, nem os privados foram suficientes para ultrapassar as barreiras, algumas até hoje existentes, entre a teoria - principalmente em relação aos modelos nacionais - e a prática do ecoturismo.

Incluem-se entre essas barreiras a ausência de consenso sobre a conceituação do segmento - inclusive, como ocorre internacionalmente, a falta de critérios, regulamentações e incentivos que orientem empresários, investidores e o próprio governo, no estímulo e no uso do potencial dos patrimônios naturais e culturais, ao mesmo tempo em que promova a sua conservação.

Em consequência, o ecoturismo praticado no Brasil é uma atividade ainda confusa, desordenada, impulsionada, quase que exclusivamente, pela oportunidade mercadológica, deixando, a rigor, de gerar os benefícios sócio-econômicos e ambientais esperados e comprometendo, não raro, o conceito e a imagem do produto ecoturístico brasileiro nos mercados interno e externo.

Deve-se destacar que o que se entende ou se define como ecoturismo ou "turismo ecológico", na realidade uma coletânea de princípios, é utilizado de forma generalizada e inescrupulosa como forma de promover viagens, transformando-o em segmento turístico, assim como o turismo rural, esportivo, etc.

Esse é um ponto de vista distorcido, com visão comercial e "ecoportunista" que deve ser evitado e combatido. No Brasil o Ecoturismo deve:

- utilizar de forma sustentável o patrimônio natural;
- utilizar de forma sustentável o patrimônio cultural;
- incentivar a conservação do patrimônio natural;
- incentivar a conservação do patrimônio cultural;

- buscar a formação de uma consciência ambientalista através da interpretação do (meio) ambiente; e
- promover o bem-estar das populações envolvidas (visitantes e visitados).

As diretrizes para a Política Nacional de Ecoturismo foram definidas por meio de órgãos interministeriais e Embratur, estabelecendo o marco legal do ecoturismo e definindo-o como “um segmento da atividade turística que utiliza, de forma sustentável, o patrimônio natural e cultural, incentiva sua conservação e busca a formação de uma consciência ambientalista através da interpretação do ambiente, promovendo o bem-estar das populações envolvidas.”

O governo brasileiro, sabendo que para que o ecoturismo pudesse efetivamente constituir uma estrutura sólida, acessível e permanente, determinou que era preciso que se estivesse alicerçado em diretrizes coerentes com o mercado, tecnologicamente ajustadas e democraticamente discutidas, de forma a acomodar adequadamente as peculiaridades ambientais e culturais brasileiras.

Com as diretrizes pretendeu-se nortear o desenvolvimento do ecoturismo e servir como base para a implantação de uma Política Nacional buscando assegurar:

- à comunidade: melhores condições de vida e reais benefícios;
- ao meio ambiente: uma ferramenta que valorize os recursos naturais;
- à nação: uma fonte de riqueza, divisas e geração de empregos; e
- ao mundo: a oportunidade de conhecer e utilizar os patrimônios cultural e natural dos ecossistemas onde convergem a economia e a ecologia, para o conhecimento e uso das gerações futuras.

A articulação governamental com organizações não-governamentais e com a iniciativa privada, visando, a médio e longo prazo, a formação de recursos humanos especializados e implementação de infra-estrutura adequada, são considerados fatores determinantes para o desenvolvimento ordenado do ecoturismo no país.

Com base no cenário identificado durante a realização da oficina de planejamento das diretrizes, os esforços a serem empreendidos na implementação de uma política para o desenvolvimento do ecoturismo no Brasil foram direcionados ao atendimento dos seguintes objetivos básicos:

- fortalecer a cooperação inter-institucional;
- compatibilizar a atividade com a conservação de áreas naturais;

- possibilitar a participação efetiva de todos os grupos de interesse do setor;
- promover e estimular a capacitação de recursos humanos para o ecoturismo;
- promover o aproveitamento da atividade como veículo de educação ambiental; e
- promover, incentivar e estimular a criação e melhoria da infra-estrutura para a atividade de ecoturismo.

Para a consecução dos objetivos básicos são necessárias diversas ações, cada uma com estratégia própria de execução, que integradas, resultaram num elenco de realizações prioritárias, cuja responsabilidade de implementação alcança diversos setores governamentais e o segmento do setor privado voltado ao ecoturismo, sem prejuízo da colaboração das organizações não-governamentais e da comunidade diretamente envolvida. São elas:

1. Regulamentação do Ecoturismo

Dotar o segmento de ecoturismo de estrutura legal própria, harmonizada com as esferas federal, estadual e municipal, e de critérios e parâmetros adequados.

2. Fortalecimento e Interação Inter-institucional

Promover a articulação e o intercâmbio de informações e de experiências entre os órgãos governamentais e entidades do setor privado.

3. Formação e Capacitação de Recursos Humanos

Fomentar a formação e a capacitação de pessoal para o desempenho de diversas funções pertinentes à atividade de ecoturismo.

4. Controle de Qualidade do Produto Ecoturístico

Promover o desenvolvimento de metodologias, modelos e sistemas para acompanhamento, avaliação e aperfeiçoamento da atividade de ecoturismo, abrangendo o setor público e privado.

5. Gerenciamento de Informações

Realizar o levantamento de informações, a nível nacional e internacional, visando a formação de um banco de dados e a obtenção de indicadores para o desenvolvimento do ecoturismo.

6. Incentivos ao Desenvolvimento do Ecoturismo

Promover e estimular a criação e a adequação de incentivos para o aprimoramento de tecnologias e de serviços, a ampliação da infra-estrutura existente e a implementação de empreendimentos ecoturísticos.

7. Implantação e Adequação de Infra-Estrutura

Promover o desenvolvimento de tecnologias e a implantação de infra-estrutura nos destinos ecoturísticos prioritários.

8. Conscientização e Informação do Turista

Divulgar aos turistas atividades inerentes ao produto ecoturístico e orientar a conduta adequada nas áreas visitadas.

9. Participação Comunitária

Buscar o engajamento das comunidades localizadas em destinos ecoturísticos, potenciais e existentes estimulando-as a identificar no ecoturismo uma alternativa econômica viável.

5 - ECOTURISMO – CONSIDERAÇÕES LEGAIS

Em referência a legalidade das questões relacionadas ao Ecoturismo foi criada uma Declaração denominada Declaração de Ecoturismos de Quebec, documento aprovado em 10 de junho de 2002 pelo Programa de Meio Ambiente das Nações Unidas (UNEP) e pela Organização Mundial do Turismo (OMT).

O ano de 2002, foi declarado pelas Organização das Nações Unidas - ONU, por meio do Programa de Meio Ambiente das Nações Unidas - UNEP, com apoio da Organização Mundial do Turismo - OMT (World Tourism Association - WTO) como Ano Internacional do Ecoturismo.

Neste período reuniram-se em Quebec, Canadá, mais de mil representantes dos setores público, organizações não-governamentais e privado de 132 países, formando a Cúpula de Especialistas em Ecoturismo, com apoio da Comissão Canadense de Turismo e do Tourisme Québec.

Entre 2001 e 2002, foram realizadas reuniões preparatórias nos cinco continentes, com a participação de cerca de 3 mil representantes de governos (turismo e meio ambiente), organizações não-governamentais (turismo e meio ambiente), operadores turísticos, especialistas e consultores, instituições de ensino e pesquisa e comunidades tradicionais. No Brasil a reunião aconteceu em Cuiabá, MT, em agosto de 2001.

Em Québec, conseqüente às discussões dos diversos grupos de interesse presentes, elaborou-se a Carta de Quebec, documento que estabelece recomendações para a implementação do Ecoturismo no contexto do desenvolvimento sustentável.

O documento, resultante dos painéis e cenários apresentados e discussões, em seu conteúdo reflete o ponto de vista e as orientações dos participantes, os quais reconhecem que o ecoturismo incorpora os princípios do turismo sustentável, considerando seus impactos ambiental, econômico e social, assim como:

- contribui para a conservação dos patrimônios naturais e culturais;
- em seu planejamento, desenvolvimento e operações, inclui as comunidades tradicionais e contribui para seu bem-estar e melhoria da qualidade de vida;
- atua de forma adequada para pessoas e pequenos grupos organizados;
- interpreta os patrimônios naturais e culturais para seus visitantes;

- reconhecem que o turismo tem significantes e complexas implicações ambientais e sócio-econômicas, podendo trazer impactos positivos (benefícios) e negativos (custos) para o meio ambiente e para comunidades;
- consideram o crescente interesse das pessoas em visitar áreas naturais (conservadas);
- reconhecem que o ecoturismo tem papel fundamental na aplicação de boas práticas sustentáveis ao setor do turismo;
- ressaltam que o ecoturismo deve contribuir para que o turismo seja mais sustentável, trazendo benefícios econômicos para comunidades anfitriãs, contribuindo para a conservação das riquezas naturais, para a integridade cultural de comunidades tradicionais e conscientizando visitantes a respeito da importância dos patrimônios natural e cultural;
- reconhecem a diversidade cultural associada às áreas naturais, especialmente por causa da presença histórica das comunidades locais responsável pela manutenção dos conhecimentos tradicionais, usos e práticas sustentáveis trazidas ao longo dos séculos;
- reiteram que os fundos mundiais para a conservação e manutenção de áreas ricas culturalmente e em biodiversidade não têm sido adequados;
- reconhecem que o turismo sustentável pode ser uma importante alternativa econômica para as áreas protegidas;
- enfatizam que muitas áreas protegidas são habitadas por populações rurais carentes que, em geral carecem de sistemas de saúde, educação, comunicação e de outras infra-estruturas necessárias para o adequado desenvolvimento;
- afirmam que os segmentos turísticos, especialmente o ecoturismo, constituem excelentes oportunidades econômicas para as populações locais e, se realizadas de forma sustentável, podem contribuir para a conservação;
- reforçam que, quando mal planejada e implementada, a atividade turística em áreas naturais e rurais contribui para o aumento da pobreza, degradação das paisagens, descaracterização das culturas tradicionais, redução da qualidade e da quantidade de água, constituindo uma ameaça para a vida silvestre e biodiversidade;
- advertem que o ecoturismo deve reconhecer e respeitar os direitos à terra das comunidades locais e tradicionais, incluindo suas áreas protegidas e sagradas,
- afirmam que, para a obtenção de reais benefícios ambientais, sociais e econômicos e para a prevenção e minimização de impactos negativos, é necessário que o ecoturismo e demais atividades turísticas, tenham mecanismos participativos de planejamento

permitindo que as populações locais e tradicionais definam o uso de suas áreas e optem, se necessário, pela não adoção da atividade;

- reconhecem a necessidade de se combater preconceitos raciais, sexuais ou outras circunstâncias pessoais entre as pessoas com respeito ao seu envolvimento com o turismo como consumidoras, fornecedoras ou prestadoras de serviços; e
- atribuem aos visitantes a responsabilidade de promover a sustentabilidade do destino e do meio ambiente em geral por meio da sua escolha de seus passeios e atividades e por meio de boas práticas comportamentais.

5.1 - Governos, Iniciativa Privada e Comunidades

Os participantes elaboraram um conjunto de 49 recomendações para governos, iniciativa privada e comunidades, para a implementação do ecoturismo.

5.1.1 - Governos (nacionais, regionais e locais)

- formular políticas e estratégias de desenvolvimento nacional, regional e local que sejam compatíveis com os objetivos do desenvolvimento sustentável, conduzidas por meio de processo participativo de consulta aos envolvidos ou que possam ser afetados pelas atividades ecoturísticas. Quando possível, deve-se ampliar os princípios do ecoturismo às atividades de outros segmento turísticos (como p.ex. turismo de aventura ou rural);
- em conjunto com as comunidades locais, setor privado, ONGs e outros grupos de interesse, garantir a proteção ambiental, das culturas locais e especialmente do conhecimento tradicional, dos recursos genéticos, direito à terra e à água;
- garantir o envolvimento e a participação apropriada de cada instituição pública em nível local, regional e nacional, incluindo o estabelecimento de grupos de trabalho inter-ministeriais, quando necessário. Além disso, são necessários orçamentos adequados e legislações apropriadas que permitam a implementação dos objetivos e metas estabelecidos pelas partes interessadas;
- incluir, em níveis nacional, local e regional, em seu plano de ação mecanismos regulatórios e de monitoramento, além de indicadores de sustentabilidade aceitos pelas partes interessadas e estudos de impacto ambiental para prevenir ou minimizar a ocorrência de impactos negativos nas comunidades ou no meio ambiente. Os

resultados dos monitoramentos devem estar à disposição do público, já que estas informações permitirão que os turistas escolham operadores que adotam princípios do ecoturismo;

- desenvolver mecanismos de avaliação dos custos ambientais em todos os aspectos do produto de turismo, incluindo o transporte internacional;
- desenvolver a capacidade de implementação de mecanismos de gestão do crescimento, como zoneamento, e de uso participatório do solo tanto em áreas protegidas como em seus entornos e em outras zonas de desenvolvimento do ecoturismo;
- utilizar manuais de utilidade e eficiência consagradas para servir de base para processos de certificação, adoção de selos verdes e outras iniciativas voluntárias promovidas em nome da sustentabilidade do ecoturismo. É necessário encorajar os operadores a se unir a tais iniciativas e promover o seu reconhecimento por parte dos consumidores. Os sistemas de certificação da atividade, no entanto, devem sempre seguir critérios regionais, promover capacitações e fornecer apoio financeiro de forma a se tornar acessíveis também aos pequenos e médios operadores. Uma série de critérios e métodos é necessária para que estes esquemas atinjam seu objetivo;
- garantir o acesso ao desenvolvimento dos recursos técnicos, financeiros e humanos para micro, pequenas e médias operadoras, que são a base do ecoturismo, de forma a lhes garantir o estabelecimento, crescimento e desenvolvimento de uma maneira sustentável;
- definir política apropriada, planos de manejo e programas interpretativos para visitantes. Estabelecer mecanismos de identificação de fundos adequados para a gestão de áreas protegidas com acelerado crescimento de visitantes e proteção de ecossistemas vulneráveis. Estes planos devem incluir normas claras, estratégias de manejo direto e indireto e regras para uso de recursos de forma a garantir o monitoramento dos impactos sociais e ambientais para todos os empreendimentos de ecoturismo na área;
- incluir as micro, pequenas e médias operadoras de ecoturismo, assim como aquelas de base comunitária, na estratégia promocional e programas desenvolvidos pelas empresas nacionais de turismo, tanto no mercado nacional como internacional;
- desenvolver redes regionais para a promoção e marketing de produtos de ecoturismo em nível nacional e internacional;
- criar incentivos para que os operadores de turismo tornem suas atividades mais ambiental, social e culturalmente responsáveis;

- garantir que alguns princípios ambientais e sanitários básicos sejam definidos e adotados para todos os empreendimentos de ecoturismo, mesmo para aqueles conduzidos em parques nacionais e áreas rurais. Isto deve incluir aspectos como a escolha de locais, planejamento, tratamento de lixo, proteção de córregos e riachos, entre outras coisas. Deve-se garantir ainda que as estratégias de desenvolvimento do ecoturismo sejam conduzidas sob uma forma que preveja investimentos em infraestrutura sustentável e em capacitação das comunidades para que elas monitorem estes aspectos;
- investir ou dar apoio a instituições que investem em programas de pesquisa em ecoturismo e turismo sustentável. Instituir estudos e pesquisas que levantem dados sobre fauna e flora, com atenção especial para espécies ameaçadas, como parte de um programa de levantamento de impactos para as atividades de ecoturismo;
- apoiar o desenvolvimento de princípios internacionais, manuais e códigos de ética para o turismo sustentável fortalecendo as políticas nacionais e internacionais que utilizam o conceito de desenvolvimento sustentável na atividade;
- considerar como uma opção o remanejamento de áreas públicas de produção intensiva para a atividade do turismo combinada à conservação, quando esta mudança puder trazer benefícios sociais, econômicos e ambientais para as comunidades em questão;
- promover e desenvolver programas educacionais para crianças e adolescentes para aumentar a consciência a respeito da importância da conservação da natureza e do uso sustentável, das culturas locais e tradicionais e da sua relação com o ecoturismo;
- promover a colaboração entre operadores de turismo, demais prestadores de serviços e ONGs para permitir a educação de turistas e influenciar seu comportamento nos destinos, especialmente em países em desenvolvimento; e
- incorporar os princípios de transporte sustentável no planejamento e implementação do turismo e promover locomoções de baixo impacto sempre que possível.

5.1.2. Ao Setor Privado

- planejar, desenvolver e conduzir seus empreendimentos minimizando impactos e contribuindo para a conservação de ecossistemas sensíveis, do meio ambiente em geral e levando benefícios às comunidades tradicionais e locais;
- ter em mente que, para ser sustentável, um empreendimento de ecoturismo precisa ser rentável às partes envolvidas, incluindo proprietários, investidores, gerentes e

empregados, assim como às comunidades e às organizações de conservação presentes na área onde a atividade é desenvolvida;

- garantir que a utilização de materiais, planejamento e operações incorporem os princípios da sustentabilidade, como conservação da água, energia e materiais;
- adotar formas confiáveis de regulação voluntária, como selos verdes, de forma a demonstrar aos seus potenciais clientes o seu real compromisso com os princípios da sustentabilidade;
- cooperar com organizações governamentais e não-governamentais que trabalham com conservação de áreas protegidas e de biodiversidade assegurando que suas práticas de ecoturismo sejam realizadas de acordo com planos de gestão e outras regulamentos regionais. Desta forma, fica evidente que se preocupam em minimizar quaisquer impactos negativos garantindo a qualidade das experiências de turismo e contribuindo financeiramente para a conservação dos recursos naturais;
- aumentar o uso de materiais, produtos, logística e recursos humanos locais em suas operações de forma a manter a autenticidade da atividade de ecoturismo e ampliar os benefícios financeiros ao destino. Para que isso seja possível, é necessário também que se invista no treinamento e na capacitação da mão-de-obra local;
- trabalhar ativamente com lideranças tradicionais para garantir que suas comunidades e culturas sejam tratadas com respeito e que seu quadro de funcionários e clientes seja bem informado a respeito das áreas tradicionais, de seus costumes e história; garantir que a cadeia de produtos e serviços que compõem a operação de ecoturismo seja sustentável e compatível com o nível de sustentabilidade exigido ou esperado pelo consumidor;
- trabalhar ativamente com lideranças tradicionais e com comunidades locais para garantir que elas sejam tratadas com respeito e que os turistas tenham informações a respeito delas;
- promover entre seus clientes, os turistas, uma forma consciente de comportamento dando-lhes a oportunidade de participar de experiências de educação ambiental e de conviver com pessoas de outras culturas. Assim como contribuições voluntárias às comunidades locais e às atividades de conservação realizadas na região devem ser encorajadas;

- gerar um nível de consciência entre funcionários por meio de aulas de educação ambiental e dar suporte ao trabalho que eles e suas famílias realizam em nome da conservação, de desenvolvimento econômico da comunidade e na redução da pobreza;
- diversificar suas ofertas desenvolvendo um portfólio de atividades turísticas e estendendo suas visitas a locais diversos de forma a disseminar o potencial de ecoturismo destas regiões e evitar que um determinado local seja super-explorado e sua sustentabilidade colocada em perigo. Para tanto, as operadoras devem respeitar e contribuir para o estabelecimento de limites de visitas de cada local;
- criar e desenvolver mecanismos de arrecadação de recursos para a manutenção de associações e cooperativas que podem fornecer treinamento e divulgação e desenvolver produtos e pesquisas; e
- formular e implementar políticas para sustentabilidade com uma visão para aplicá-las em cada parte da operação do turismo.

5.1.3 - Às organizações não-governamentais, associações de base comunitária e instituições de ensino e pesquisa

- fornecer apoio técnico, financeiro, educacional, capacitação e demais suportes aos destinos de ecoturismo, às suas organizações comunitárias, pequenos negócios e autoridades locais de forma a garantir a aplicação de políticas apropriadas, o desenvolvimento de planos de gestão e os mecanismos de monitoramento compatíveis com a sustentabilidade;
- monitorar e conduzir estudos do impacto das atividades de ecoturismo nos ecossistemas, na biodiversidade e nas culturas tradicionais locais;
- cooperar com as organizações públicas e privadas garantindo que os dados e informações gerados com os estudos sejam utilizados na tomada de decisões durante o processo de desenvolvimento e gestão do ecoturismo; e
- cooperar com as instituições de pesquisa de forma a se encontrar as soluções mais práticas e adequadas para as questões relacionadas ao desenvolvimento do ecoturismo.

5.1.4 Às instituições internacionais de financiamento e agências de assistência ao desenvolvimento:

- planejar e acompanhar a implementação de políticas nacionais e locais de desenvolvimento do ecoturismo e a avaliação de sua relação com a conservação, desenvolvimento socioeconômico, direitos humanos, redução da pobreza e outras questões ligadas ao desenvolvimento sustentável, além de intensificar a transferência destes conhecimentos para outros países.
- promover capacitações em organizações locais, regionais e nacionais para a formulação e aplicação de políticas e planos de ecoturismo baseados em padrões internacionais consagrados;
- desenvolver padrões mundiais e mecanismos para sistemas de certificação do ecoturismo que considerem empreendimentos de pequeno e médio portes e a eles facilite o seu acesso;
- incorporar o diálogo entre as diversas partes interessadas nas políticas, manuais e projetos em níveis global, regional e nacional para a troca de experiências entre os países e setores envolvidos no ecoturismo;
- fortalecer seus esforços em identificar os fatores que determinam o sucesso e fracasso das atividades de ecoturismo ao redor do mundo de forma a transferir estas experiências e melhores práticas para outras nações por meio de publicações, missões de campo, seminários e projetos de assistência técnica. O Programa de Meio Ambiente das Nações Unidas (UNEP) e a Organização Mundial do Turismo (WTO) devem continuar este diálogo promovendo, por exemplo, avaliações periódicas do ecoturismo em encontros internacionais e regionais;
- adaptar, sempre que necessário, suas formas de financiamento e empréstimo às micro, pequenas e médias operadoras de ecoturismo, que são a base da atividade, de forma a garantir sua sustentabilidade econômica a longo prazo;
- desenvolver a capacidade dos recursos humanos internos para lidar com o turismo sustentável e com o ecoturismo como uma atividade de desenvolvimento em si só e garantir que o conhecimento interno, a pesquisa e a documentação permitam que o ecoturismo seja visto como uma ferramenta de desenvolvimento sustentável;
- desenvolver mecanismos financeiros para o treinamento e capacitação das comunidades tradicionais e locais, permitindo que elas participem do desenvolvimento do ecoturismo.

5.1.5 Às comunidades locais e tradicionais

- além das referências às comunidades locais e tradicionais feitas nos parágrafos anteriores desta Declaração, os participantes fizeram estas recomendações a estes grupos:
- Como parte de uma visão de desenvolvimento para a comunidade, definir e implementar estratégias para um aumento de benefícios para a localidade, incluindo o acesso à informação, o desenvolvimento humano, físico, financeiro e social, que venham com o crescimento da prática do ecoturismo; e
- fortalecer, estimular e encorajar a habilidade da comunidade em manter e utilizar conhecimentos tradicionais que sejam relevantes para a atividade do ecoturismo, como o artesanato, a agricultura, o folclore, a culinária e demais atividades que utilizam os recursos locais de forma sustentável.

5.1.6 À Conferência de Desenvolvimento Sustentável Rio+10 (Johanesburg 2004)

- reconhecer a necessidade de se aplicar os princípios de desenvolvimento sustentável ao turismo e o importante papel do ecoturismo na geração de benefícios econômicos, sociais e ambientais; e
- integrar o turismo, incluindo o ecoturismo, nos resultados do evento.

CONCLUSÃO

O ecoturismo no Brasil vem acontecendo de maneira progressiva, entretanto fica claro a importância do envolvimento comunitário, mínimo impacto no ambiente, uso dos recursos culturais tanto quanto dos naturais .

A visitação a ambientes naturais desperta grande preocupação por parte de governos e da sociedade civil organizada. A iniciativa que vem sendo privilegiada pelas autoridades é a criação de unidades de conservação, como Parques Nacionais e as Reservas Particulares de Patrimônio Natural, , constituindo um importante mecanismo de proteção da diversidade biológica e mais do que nunca um investimento em um turismo sustentável .

As iniciativas se concretizam com o estabelecimento de diretrizes que são desenvolvidas por entidades governamentais e não-governamentais para o estabelecimento de uma política nacional de ecoturismo. O objetivo se volta o desenvolvimento da atividade de forma articulada, através de ações como regulamentação do ecoturismo, formação e capacitação de recursos humanos, controle de qualidade do produto ecoturístico, participação comunitária, conscientização e informação do turista, implantação e adequação de infraestrutura e incentivos ao desenvolvimento do ecoturismo

Outras iniciativas que vem sendo implementadas se refere a promoção de cursos com o propósito de conscientização turística, que busca resgatar a identidade cultural das comunidades, valorizando a culinária, o artesanato, seus costumes e valores.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

ANDRADE, MANUEL CORRÊA DE. **O Desafio Ecológico: Utopia E Realidade**. São Paulo: HUCITEC, 1994.

DOWBOR, Ladislau. **Para pensar o desenvolvimento sustentável**. São Paulo: Brasiliense, 2001.

HART, Stuarts. **Todos ganham se respeitar o Ambiente** – Executive Digest, Março 1997.

MOURÃO, Roberto. **O Brasil em Foco**, Ministério das Relações Exteriores, 1996.

MOURÃO, Roberto M.F. **Manual MPE / Programa MPE** . Ministério da Relações Exteriores, 1998.

Revista Educação Ambiental . **Usufruir a natureza de forma sustentável**. Ano 10 No 1 Janeiro/abril/2003.

CONFERÊNCIA ECO-92. Disponível em:

[http:// www.ambiental brasil.com.br/gestão/artigos/Eco92.htm](http://www.ambientalbrasil.com.br/gestão/artigos/Eco92.htm)